

A DIALÉTICA ENTRE A INTEGRAÇÃO REGIONAL E A GLOBALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO MERCOSUL DE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURAL¹

Andrea Califano²

Rafael Vieira da Silva³

Resumo: O artigo discute a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, no contexto da globalização, onde os padrões de acumulação estão ligados ao poder crescente do capital internacional móvel. Propõe-se avaliar o regionalismo sob a ótica do materialismo histórico e dialético, partindo das relações internas entre as estruturas do capitalismo global e a trajetória das organizações, com ênfase no profundo esquema da colonialidade e sua reprodução de hierarquias internacionais. Conclui-se que as mudanças de fase do Mercosul não afetaram a hegemonia da fração da classe capitalista associada ao capital estrangeiro, que segue determinando em larga escala o percurso do regionalismo latino-americano.

Palavras-chave: integração regional; globalização; Mercosul; materialismo histórico; capitalismo global.

¹ Artigo realizado com apoio de recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Introdução

O entendimento de como os processos globais e a integração regional interagem é elemento fundamental para uma compreensão mais sistemática do regionalismo. Para isso, precisamos de uma abordagem que vê a regionalização como parte de um conjunto de forças sociais e formações de classe domésticas e transnacionais que são politicamente contestadas, contraditórias e em movimento. O artigo coloca a integração latino-americana, e mais especificamente o Mercosul, no contexto dos padrões nacionais e globais de poder e produção, como aspectos da economia política da globalização, em que os padrões de acumulação estão ligados ao poder crescente do capital internacional móvel. Diante deste cenário, uma pergunta se destaca: a integração regional é sistematicamente determinada pelo modelo de globalização dominante ou é possível enxergar forças antagônicas nos processos regionais capazes de articular uma contratendência para os vetores do modo de acumulação vigente à nível global? É esta pergunta dialeticamente carregada que articula e direciona o desenvolvimento desta pesquisa.

Para tanto, em primeiro lugar, contesta-se a eficácia e suficiência de análises da integração latino-americana focadas nas evoluções institucionais das organizações avaliadas ou nas alternâncias ideológicas dos governos envolvidos. Em vez disso, propõe-se avaliar o regionalismo sob a ótica do materialismo histórico e dialético, partindo das relações internas entre as estruturas do capitalismo global e a trajetória das iniciativas de integração regional, com ênfase no profundo esquema da colonialidade e sua reprodução de hierarquias internacionais e de sociedades racialmente segmentadas da região, ambos elementos imprescindíveis para a análise da realidade e das perspectivas da integração latino-americana. Com o auxílio do quadro conceitual articulado nesses termos, será argumentado que as mudanças de fase que aparentemente caracterizaram o Mercosul (e o regionalismo latino-americano) não afetaram as relações de força e a hegemonia de uma fração da classe capitalista intimamente associada ao capital estrangeiro que, ao longo da história da região, determinou e continua determinando em larga escala o percurso dos estados nacionais e de outras manifestações institucionais.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo está dividido da seguinte maneira: na seção a seguir, serão apresentadas algumas das principais leituras vigentes na literatura a respeito da trajetória do Mercosul. Na seção seguinte, os conceitos da abordagem teórica proposta são apresentados e articulados. Feito isso, volta-se enfim à discussão sobre o Mercosul, agora sob posse do quadro conceitual apresentado, e aplica-se as ideias da abordagem proposta para ampliar o entendimento da trajetória do bloco.

Leituras vigentes da trajetória mercosulina

Muitas das análises sobre a trajetória do Mercosul situam as políticas domésticas dos países-membros, em especial o Brasil e a Argentina, como elementos decisivos para um diagnóstico dos entraves e desafios do bloco. Essas leituras destacam, dentre outras coisas, a falta de interesse das elites domésticas em adensar o caráter supranacional da estrutura institucional do bloco (Kaltenthaler; Mora, 2002), a transitoriedade ideológica

dos incumbentes dos países-membros e seu impacto na trajetória do Mercosul (Dri, 2016; Iglecias; Vuono, 2023), a influência da relação bilateral entre Brasil e Argentina na agenda integradora (Almeida; Brito; Velasco, 2024), a falta de uma projetualidade estratégica em comum, que leve a uma integração social e política profunda frente aos desequilíbrios presentes (Botto, 2021; Kan, 2023).

Um dos marcos históricos cruciais no estudo dessa iniciativa de integração regional é a transição de governos ligados ao ideário neoliberal para novas lideranças ideologicamente situadas – em diferentes graus - à esquerda do espectro político que ocorre entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Nesse sentido, existem análises que enfatizam a volatilidade das políticas macroeconômicas e setoriais dos países-membros que, em conjunto com o desvio do foco na liberalização comercial, constituíram-se como fatores determinantes da inefetividade do Mercosul (Almeida, 2014; Florêncio, 2015). Outra característica recorrente em estudos sobre o Mercosul é a análise das mudanças em aspectos institucionais ao longo de sua trajetória, enfatizando aspectos como os novos arcabouços institucionais criados na segunda década de existência do bloco (Baptista; Siman, 2021), as convergências entre alinhamento ideológico e desenvolvimento de aparatos para a concretização de uma agenda conjunta (Bianculli, 2022), o papel do envolvimento do poder executivo no aprofundamento da institucionalização (Malamud, 2008) e a carência de uma visão estratégica capaz de consolidar uma institucionalidade duradoura ao Mercosul (Mariano; Menezes, 2021).

Também é notável a presença de teorias articuladas no contexto da União Europeia (UE) em pesquisas sobre o bloco sul-americano, como a neofuncionalista (Kaltenthaler; Mora, 2002), a governança multinível (Siman, 2021), o intergovernamentalismo (Medeiros, 2003) e o intergovernamentalismo liberal (Caichiolo, 2017). O “UE-centrismo” (Briceño-Ruiz, 2018; Acharya, 2016) se apresenta como um importante desafio para os estudos sobre o regionalismo latino-americano, implicando, por um lado, na necessidade de uma atenta contextualização histórica que diminua as tensões da aplicação dessas abordagens nas iniciativas regionais da América Latina; por outro, na tarefa de identificar lacunas deixadas por esses quadros explicativos, salientando o engajamento crítico com outros pontos de vistas teórico-conceituais costumeiramente marginalizados no campo de estudos da integração regional.

Importantes pesquisas nesse sentido são as realizadas no âmbito de um resgate do pensamento de Nicos Poulantzas (1978) para compreensão do regionalismo latino-americano (Berringer; Ferreira, 2022; Granato, 2020; Osório, 2018). Outro exemplo de um distanciamento das principais teorias associadas à trajetória da EU é o estudo comparativo de Claudio Katz (2006) entre o projeto liderado pelos Estados Unidos da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), ressaltando a dimensão das classes sociais atreladas a cada uma dessas iniciativas. Também destacamos a retomada da teoria marxista da dependência (Marini, 1992) como eixo de compreensão da integração regional no capitalismo dependente (Müller, 2011; Patrón, 2015) e as contribuições de debates em torno do conceito de autonomia na América Latina ao longo da segunda metade do século XX (Muñoz, 2016) para o regionalismo.

Diante desse panorama de análises vigentes sobre o Mercosul nota-se que, apesar da relevância de investigação dessas variadas dimensões do regionalismo, permanece uma lacuna importante na inserção do Mercosul em um tratamento mais amplo sobre o capitalismo global e a dimensão estrutural do padrão de acumulação associado à globalização na qual o bloco foi engendrado. As dimensões supracitadas são, por si

mesmas, insuficientes para uma análise dos contornos da trajetória mercosulina que pretenda delinear os limites estruturais impostos ao desenvolvimento do bloco. Mesmo com os avanços de pesquisas como as concentradas na perspectiva poulantziana e na teoria marxista da dependência, percebemos ainda a persistência de uma falta de sistematização teórica para a compreensão da globalização em uma relação dialética com o percurso do regionalismo latino-americano. Tal olhar estrutural abstrai de condições e conjunturas específicas e canaliza a análise em direção a um nível mais fundamental, sem, no entanto, desviar-se dos preceitos do materialismo histórico (Marx; Engels, 2011; Ollman, 2003). Na seção a seguir, buscaremos articular um quadro conceitual com vistas a construção de uma abordagem que vê a regionalização como expressão de um conjunto de forças sociais e formações de classe nacionais e transnacionais que são politicamente contestadas, contraditórias e em movimento, no contexto de padrões globais de poder e produção ligados ao poder crescente do capital internacional móvel.

A dialética entre o global e o regional: considerações conceituais

O objetivo desta seção é esboçar os contornos gerais de uma visão materialista histórica e dialética das relações internas entre as estruturas do capitalismo global e a trajetória das organizações regionais latino-americanas. O ponto central da nossa tese consiste na afirmação de que as políticas atreladas à virada social do Mercosul encontraram um significativo limite no padrão de acumulação neoliberal dominante no sistema internacional desde o esgotamento do modelo fordista. Se por um lado concordamos com Martínez (2011, p. 143) que "a tendência da integração regional será determinada pela velha toupeira da história: a luta de classes", por outro acreditamos que uma análise dialética do impacto do capitalismo global no âmbito regional revela um contexto internacional não favorável para mudanças profundas (Pérez García, 2011). Argumentamos ainda que essa articulação dialética não pode desvincular-se - em nenhuma de suas etapas - da trajetória histórica latino-americana. Para isso, mobilizamos conceitos essenciais para entender as raízes estruturais historicamente determinadas que condicionam e limitam as perspectivas de integração na região, articulando-os em um quadro explicativo para o estudo da trajetória do Mercosul.

O regionalismo latino-americano sob a égide do padrão de acumulação de capital dominante

A ideia de padrão de acumulação consiste na caracterização das formas de produção e consumo dominantes durante um determinado período histórico, abarcando o conjunto de práticas contínuas que mobilizam a reprodução da estrutura de acumulação de capital nesse recorte. Nesse sentido, na análise Marxiana, ela cumpre uma função metodológica também, mediando entre diferentes níveis de abstração na crítica do capitalismo (Sandoval, 2022). A principal manifestação de um padrão se dá pelo conceito de controle (van der Pijl, 1998) que adquire um caráter hegemônico ligado aos interesses das frações de classe no poder, difundindo-se de modo a caracterizar os contornos do que é possível para a sociedade em geral. Tal conceito exprime um consenso no sentido gramsciano, galvanizando diferentes atores políticos e sociais por meio de um programa ideológico que subsume o campo das decisões político-econômicas, podendo, inclusive, ser compreendido como uma cosmovisão dessa configuração historicamente concreta de

classes e estados dominantes (Fennema; van der Pijl, 1987). Ele chega a ganhar vida própria na medida em que se constitui como uma linguagem que apresenta de forma obscurecida os interesses dos detentores do poder, fomentando sua legitimidade social e fortalecendo a coalizão da burguesia com seus aliados diversos (van der Pijl, 1998).

É um conceito abrangente de controle que “provê a crucial conexão estratégica entre a acumulação de capital e a agência da classe capitalista” (Horn e Wigger, 2019, p. 212) – é nele que reside o papel do capitalista enquanto uma ativa “personificação do capital”. Com isso, é possível desmistificar leituras naturalizantes de processos como a globalização, salientando que as forças sociais por trás dessas mudanças estão “constantemente engajadas em modelar essa orientação e direção – ela não é dada” (van der Pijl, 2010, p. 50). Ademais, essas mesmas frações no poder podem entrar em conflito quanto à decisão de como melhor gerir a acumulação de capital, como exemplificado pelos três projetos da classe dominante de gestão da ordem neoliberal: o fundamentalismo de livre-mercado, o estruturalismo neoliberal e o regulacionismo neoliberal (Robinson; Harris, 2000).

Diante da instabilidade inerente ao sistema capitalista e do caráter endógeno das suas crises (Marx, 2017), as regularidades associadas a um padrão de acumulação estão sempre sujeitas a mudanças, que tendem a se concretizar por duas vias: pelas disputas entre diferentes frações da classe capitalista ou como consequência da busca pela resolução de problemas inerentes ao avanço da acumulação de capital (Jessop; Sum, 2006). Em algum momento da trajetória desse padrão, seu conceito de controle perde sua preciosa aderência social e a face da moeda que expressa o consenso passa a dar lugar ao sombrio espectro da coerção ampliada, ilustrada no século XXI pelas guerras patrocinadas pelo complexo militar-industrial dos Estados Unidos (Harris, 2008; van der Pijl, 2006) e pelas ascensões autoritárias de extrema-direita ao redor do mundo a partir da segunda década do século XXI (Robinson, 2020). Ao mesmo tempo em que a ideologia reprodutora da acumulação de capital perde legitimidade, espaços de mudança se abrem e o horizonte emancipatório se abre como uma possibilidade. Nesse sentido, traçar em linhas gerais os dois últimos padrões de acumulação vigentes nos permitirá dimensionar a força explicativa desse eixo, em especial na identificação dos limites que um padrão impõe ao regionalismo, para que possa vislumbrar o âmbito em que alternativas autônomas na América Latina possam de fato prosperar.

Do padrão de acumulação fordista ao neoliberal

O fordismo enquanto padrão de acumulação tem sua origem ligada à crise econômica da década de 1930 e à Segunda Guerra Mundial. Na esteira do processo de reconstrução da Europa devastada pela Guerra liderado pelos Estados Unidos, a acumulação fordista tinha como uma de suas principais características a melhoria das condições salariais de setores da classe trabalhadora, alicerçada na centralidade do consumo em massa de produtos industrializados dentro de economias nacionais bem definidas, além de relações contratuais de emprego estáveis (Boyer; Saillard 2002; Robinson, 2022).

No contexto da Guerra Fria, a pressão da alternativa soviética fez com que as frações dominantes da burguesia promovessem uma relação mais equilibrada entre capital e trabalho, regulada por princípios keynesianos de concessões à classe trabalhadora. Porém, com as crises econômicas ao longo da década de 1970 e seus impactos na lucratividade, esse bloco no poder passou a buscar alternativas a esse regime regulado pelos controles

de capitais dos Estados-nações e pelo acordo fordista-keynesiano da relação capital-trabalho, provendo os germes da transição para um novo paradigma de acumulação: o neoliberal (Jakobsen, 2005).

O processo de globalização é o marco desse novo padrão, difundido inclusive por meio das políticas de ajuste estrutural impostas através do Fundo Monetário Internacional (FMI) como condição para o financiamento das dívidas externas que assolavam países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Essa difusão do ideário neoliberal de privatizações e demais políticas econômicas de abertura aos capitais transnacionais - doutrinariamente cristalizado no Consenso de Washington – consolidou o conceito de controle que teve o seu auge nos anos 1990, logo após a queda do muro de Berlim e a concretização da hegemonia unívoca dos Estados Unidos. Subjacente a esse processo está o impulsionamento da financeirização, “deslocando parte da circulação de capitais da produção para o rentismo” (Martins, 2024, p. 357). O capital financeiro se torna a força diretiva do sistema capitalista transnacional (van der Pijl, 2019).

Uma das características definidoras do capitalismo na globalização é “a ascensão de uma classe capitalista transnacional, composta por aqueles que gerenciam as corporações transnacionais e as instituições financeiras que impulsionam a economia global” (Robinson, 2015, p. 3). Um dos marcos definidores dessa classe está na sua priorização em promover acúmulos globais de capital, e não locais. Isso porque a globalização neoliberal traz consigo um requisito para o capitalista manter-se competitivo: “é preciso integrar seus investimentos e operações nas cadeias globais de produção” (Robinson, 2008, p. 29). Nesse contexto, passam a existir contingentes locais da classe capitalista transnacional, que tem seus interesses transnacionalizados pela força centrípeta da globalização.

A ampla mobilidade de capitais faz com que seus detentores sejam capazes de influenciar significativamente no bem-estar econômico dos Estados, fragilizando estes últimos. Diante disso, o papel do Estado como agente globalizante e enfraquecedor de si mesmo (Cerny; Prichard, 2017) consolida cada vez mais o poder dessa fração burguesa no poder. Como sintetizam Cerny e Prichard, “o Estado se tornou um importante cúmplice do seu próprio envolvimento [...] em redes transnacionais e interligadas de poder e mudança estrutural que ele não consegue gerenciar nem controlar” (2017, p. 384-385). O novo padrão serve aos interesses comuns de capitais que competem entre si. Longe de apagar os conflitos e tensões intercapitalistas, o denominador comum subjacente ao processo de consolidação desse regime é o horizonte onde rivalidades se articulam e se intensificam. Os interesses basilares são aqueles que antagonizam a classe capitalista contra a classe trabalhadora, correspondendo aos mecanismos necessários para a reprodução contínua dos circuitos globais de acumulação de capital.

Não obstante essa transnacionalização acentuada, é preciso enxergar essas dinâmicas em uma totalidade dialética que olha para as hierarquias entre as diferentes formações econômico-sociais nesse novo paradigma de acumulação. Um dos exemplos que Robinson (2018) traz para tratar da perda de influência dos Estados nacionais é a incapacidade de decidirem o valor de suas moedas, tornando-se cada vez mais reféns das oscilações do mercado global e tendo suas capacidades de formularem suas próprias políticas econômicas restringidas. Contudo, é justamente esse exemplo que nos guia para a compreensão da permanência intensificada e agudizada das assimetrias entre o capitalismo do centro e o da periferia: a impossibilidade de decidir o valor da própria moeda não se aplica a todos os estados; na verdade, um Estado – os Estados Unidos, através da hegemonia do dólar – detém as engrenagens para impactar na política

monetária da maioria das nações do mundo. Essa fração transnacional que expande seu conceito de controle na maré da globalização se desenvolve em um contexto geopolítico particular, ligada a uma constelação de Estados específicos que são liderados primordialmente pelos Estados Unidos (Carroll, 2018). Como reforça Carroll, "as contínuas ancoragens nacionais do capital estão dialeticamente relacionadas aos circuitos transnacionais de acumulação (2019, p. 199). Longe de implicar na defasagem do Estado-nação, as forças do capitalismo transnacional operam em diferentes frentes nacionais ao mesmo tempo (van Apeldoorn, 2004; 2013). Portanto, persiste o imperativo de conciliação – dialética - entre o transnacional e o nacional, com a compreensão decisiva de que a “mundialização do capital [...] não [apaga] a existência dos Estados nacionais [...]”, tendo como efeito, na verdade, a acentuação dos “fatores de hierarquização entre os países” (Chesnais, 1998, p. 195).

As transformações pelas quais os Estados da periferia passam a partir da consolidação desse novo padrão de acumulação exemplificam as assimetrias expandidas nesse contexto: desde a “erosão de sua capacidade de capturar e redistribuir excedentes, dada a privatização de ativos públicos, [...] ao crescente endividamento com o capital financeiro transnacional, [e] a competição entre estados para atrair capital transnacional” (Robinson, 2022, p. 192). Longe de significarem processos isonômicos de defasagem do poder nacional a nível global como Robinson dá a entender, essas transformações têm uma acentuada demarcação periférica (Carroll, 2018), que se torna crucial para entender as limitações que as formações econômico-sociais dependentes encaram no âmbito do regionalismo.

Tendo destrinchado esse processo de transição de um padrão ao outro, um último elemento é necessário para articular o quadro explicativo proposto: o resgate da dimensão colonial.

A colonialidade como fator estruturante do padrão de acumulação

Assim como o capitalismo foi gestado em meio a um sistema de divisões político-territoriais, ele também foi concebido imerso na herança do expansionismo colonial europeu. E da mesma forma que o capitalismo transformou o sistema soberano no qual nasceu em um moderno sistema internacional como conhecemos hoje (Wood, 2002), ele também operou transformações profundas nas dinâmicas da colonialidade, reestruturando as relações sociais que outrora vigoravam primariamente sob o sistema escravocrata. O âmago colonial em que o modo de produção capitalista emergiu não foi diluído, mas sim mantido e intensificado em seu desenvolvimento. As relações internas entre raça e classe no capitalismo demandam atenção em uma análise histórico-estrutural como a que propomos, em especial quando essas demarcações são perpetradas no bojo das próprias sociedades latino-americanas através de sua burguesia doméstica.

O peruano José Carlos Mariátegui oferece, de forma pioneira, uma análise a respeito dos elementos que estipulam uma fronteira para o desenvolvimento de iniciativas genuinamente autônomas, seja a nível nacional ou regional. Para Mariátegui, a questão racial tinha um papel fundamental na indisposição das burguesias latino-americanas em trilhar um caminho de sólida independência. Enfatizando o caso peruano, o autor via na burguesia local dos países latino-americanos uma potente aversão à construção de uma identidade voltada para os povos originários e escravizados, preferindo se espelhar na antiga metrópole e na civilização europeia de modo geral:

Os elementos feudais ou burgueses em nossos países sentem o mesmo desprezo pelos indígenas, assim como pelos negros e mulatos, que os imperialistas brancos. Esse sentimento racista entre a classe dominante age de maneira absolutamente favorável à penetração imperialista. [...] [As] burguesias nacionais [são] instrumentos dóceis do imperialismo ianque ou britânico. (Mariátegui, 1974, p. 27)

O elemento racial/colonial revela-se então central nas raízes econômicas nas quais se funda também a desconfiança que Mariátegui (2007) tinha com a burguesia latino-americana. Ele notava a relação de dependência entre os ganhos dos capitalistas peruanos e as oscilações de mercado nos países centrais. Esses ganhos envolviam, em grande parte, a exploração que as elites locais faziam dos grupos marginalizados, em especial no setor agrícola. Sob o comando ou a supervisão das burguesias locais, iniciativas de integração na América Latina somente intensificariam o caráter dependente da região, numa expressa perpetuação tanto das assimetrias entre os países, quanto do caráter racializado que constitui as desigualdades internas.

A colonização e as relações cultivadas em seu âmago constituem uma herança que persegue e sufoca não só os processos do regionalismo, mas todas as tentativas de desenvolvimento ensaiadas na região. A chave conceitual do pensamento decolonial é o grau de superveniência dessa herança, seja lida pelo prisma mariateguiano, seja pela caracterização da dinâmica modernidade/colonialidade de Mignolo (2020), ou pela matriz da colonialidade do poder de Quijano (2002), que foi influenciado pelo próprio Mariátegui (Rubbo, 2018). São as relações coloniais, reconstituídas no marco da dependência econômica em um contexto pós-independências do século XIX (Marini, 2017), que efetivamente limitam as possibilidades de movimentação dos Estados latino-americanos – seja individualmente, seja por meio de blocos regionais – em um mundo integrado e globalizado, mas hierarquicamente estruturado. A superação dessas estruturas está diretamente ligada à quebra dos elos que reproduzem o legado colonial e fixam rígidos limites no horizonte de ação.

Uma das principais faces dessa renovada condição colonial é a contínua erosão da capacidade de autonomia política dos Estados latino-americanos (Quijano, 2002) e, conseqüentemente, a profunda limitação dos movimentos sociais em conseguirem respostas eficazes às suas demandas internas. Aliás, essa “impossibilidade ontológica” correspondente ao Estado subsoberano (Osorio, 2017) inserido na colonialidade, que impede a sua autonomia e castra a sua soberania, corta pela raiz qualquer paralelo imediato entre a integração latino-americana - e, especificamente, do Mercosul - e o que foi alcançado num dos centros do capitalismo global e da dominação colonial com a construção da União Europeia, quer seja entendida como um processo de transferência de soberania (Sandholtz; Sweet, 1998) ou como um instrumento de fortalecimento dos Estados nacionais (Milward, 1999). Postular a União Europeia como um modelo de integração para o Sul global não é apenas um grande mal-entendido teórico, mas também parte dos mecanismos de controle exercido pelos polos de poder do capitalismo global. Na concretude da fase histórica corrente, os estados periféricos, em aguda condição de dependência intensificada pela crise da dívida dos anos 1980, tem o eixo das suas decisões políticas deslocado das frágeis instituições nacionais, e organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – ambas expressões dos países hegemônicos – passam a ter um papel integral nas suas políticas econômicas, desdobrando, assim, as suas funções de atores políticos, intelectuais e financeiros (Mendes Pereira, 2010).

Apesar da prometida uniformização horizontal que a interdependência (Traspadini, 1999) traria para a esfera internacional via globalização, o processo de expansão da

economia global seguiu apresentando uma clara demarcação controlada pelos países desenvolvidos (Marini, 1992). Um exemplo desta dinâmica é a dispersão da produção em redes globais espalhadas por diferentes nações, que ocorreu em paralelo com uma intensificação da proteção dos direitos de propriedade intelectual em favorecimento dos países centrais (Pinto; Corrêa; Fiani, 2017) e foi bastante conveniente para dissuadir a estruturação de projetos de desenvolvimento nacional (Wood, 2002) e enfraquecer a consolidação de economias nacionalmente integradas (Marini, 1996). A divisão internacional do trabalho com suas assimetrias características e hierarquias racializadas (Mariátegui, 1974; Quijano, 2002) tem sido constantemente reproduzida desde o surgimento do capitalismo, com a sua insaciável necessidade de acumulação por espoliação (*accumulation by dispossession*) (Harvey, 2016), perpetuada agora sob a nova roupagem do padrão de acumulação neoliberal.

No caso concreto da relação entre globalização e integração regional exemplificada pelo caso do Mercosul, há uma importante analogia com o movimento simultâneo de constituição da modernidade e destituição da colonialidade: do mesmo modo que a modernidade se instaura nos lugares destituídos pela colonialidade (Mignolo, 2020), a globalização se fixaria com mais facilidade nos locais pré-moldados a partir da regionalização. Nessa relação, esse regionalismo seria ferramenta de pouca autonomia e teria a função de domesticar ambientes ainda inóspitos aos avanços da globalização: a função do Mercosul seria a de ajudar seus países-membros na preparação do terreno para uma inserção profunda na economia global.

Seguindo o mesmo paralelo, assim como não haverá autonomia regional até um verdadeiro questionamento dos padrões da colonialidade (Quijano, 2002), não será possível alcançar uma verdadeira integração enquanto perdurar a (des)integração baseada nos pilares da globalização sem regras das últimas décadas. Nosso ponto aqui é que as duas dinâmicas estão entrelaçadas. Em última análise, a dialética entre os níveis regional e global opera, na verdade, como uma expressão de algo mais profundo: o padrão de acumulação dominante, inserido em um sistema global permeado pela - e fundamentado na - colonialidade.

Essa função domesticadora que as iniciativas regionais passam a exercer no processo de globalização corrobora com a caracterização mitológica desta última como uma força da natureza invencível e avassaladora (Mignolo, 2020). Para se desfazer dessa concepção fetichista do capitalismo global, é preciso distinguir entre diferentes lógicas globalizantes (Bishop e Payne, 2021). O objetivo principal dessa desnaturalização da globalização neoliberal ecoa a tarefa central de Alexander Wendt (1992) em seu influente artigo “*Anarchy Is What States Make of It*”: indicar o caráter construído – e, mais precisamente, construído por uma fração *específica* da classe capitalista - desse estado-de-coisas. A globalização, enquanto um processo multifacetado envolto de complexidades, esconde com muita efetividade os interesses econômicos e políticos que a reproduzem continuamente. Essa faceta é mascarada pela face naturalizada que se busca despir. Elemento determinante dessa naturalização reside na internalização da lógica da colonialidade: por isso, apenas demonstrar esse caráter construído e maleável não é suficiente para traçar caminhos de autonomia e emancipação, seja de uma perspectiva dos Estados em situação assimétrica ou das classes em condições desfavoráveis. Do ponto de vista analítico, é indispensável o resgate da dimensão histórico-racial que condiciona a inserção dependente dos países latino-americanos e o seu papel de limitação estrutural para o desenvolvimento do regionalismo, como no caso do Mercosul.

Por meio da operacionalização dos conceitos expostos, estruturada ao redor da ideia de “integração desintegradora” apresentada na seção seguinte, é possível delinear os modos pelos quais o padrão de acumulação neoliberal influencia e impõe limites às dinâmicas do Mercosul. Executamos uma tarefa análoga àquela realizada por Murray e Overton (2016) e sua avaliação sobre como os regimes de acumulação de modo geral restringem o alcance dos regimes de ajuda e cooperação internacional. Deste modo, a tarefa que se segue espelha esse processo retornando ao caso mercosulino, indicando os frutos que um estudo amparado no quadro explicativo articulado e na ênfase no padrão neoliberal vigente é capaz de capturar as principais condicionalidades estruturais que põem amarras nas iniciativas de regionalismo na América Latina.

A Integração Desintegradora

Colocando no foco da análise o padrão de acumulação dominante, na encruzilhada entre o global, o regional e o nacional, percebe-se que as características institucionais do Mercosul ou a ideologia política da vez em seus Estados-membros por si só não são elementos capazes de dar conta de uma compreensão estrutural do regionalismo. Alcançar uma forma alternativa de integração (como no suposto ímpeto de mudança para um "Mercosul social" na virada do século) implica, em última instância, em lidar com os regimes de acumulação de seus membros e como esses regimes interagem entre si e com o resto do mundo. Como este é o elemento definitivo da natureza dos processos de integração, qualquer tentativa regionalista genuinamente autônoma, ainda mais em uma região tão marcada pela colonialidade racial, deve ser respaldada por sinais de mudança neste âmbito. Isso tem se mostrado extremamente difícil, especialmente pelo fato de que tais alternativas têm de confrontar imediatamente as necessidades decorrentes de um sistema econômico global baseado na competição desenfreada (ou, quando regulada, em favorecimento dos países centrais) (Pinto; Corrêa; Fiani, 2017).

Esse enquadramento competitivo do padrão de acumulação neoliberal gera uma condição paradoxal no processo de integração, intensificando um fenômeno que chamamos “paradigma da (des)integração” ou “integração desintegradora”. A competição por capitais transnacionais que ilustra uma das fontes de enfraquecimento da autonomia política dos Estados nacionais é elemento fundamental desse regionalismo clivado. Este aspecto, amplamente discutido por exemplo na literatura no que diz respeito à *race-to-the-bottom* nos direitos laborais devida à necessidade de atrair capitais, deveria ser central em qualquer discussão sobre o regionalismo, mesmo nos casos supostamente de “maior sucesso”, como o da União Europeia, na qual os paraísos fiscais e o *dumping fiscal* estão presentes e são fenômenos muito relevantes. O que o regionalismo central e o regionalismo periférico têm, portanto, em comum, quando concebidos de acordo com os ditames neoliberais, seria o seguinte:

Um dos principais efeitos pretendidos da integração, a liberalização do comércio, na verdade, poderia levar a conflitos entre os participantes. Novos investimentos e atividades promovidas pela integração de mercado gradualmente gravitam em direção às zonas dos países que já possuem mercados maiores e uma infraestrutura física e humana mais desenvolvida. Como resultado, "a liberalização do comércio poderia acentuar os efeitos de polarização entre os países ... [o que], por sua vez, poderia criar sérios conflitos econômicos e políticos entre os estados membros" (Vaitsos, 1978, p. 746) (Acharya, 2016, p. 116).

As assimetrias competitivas (Doctor, 2013) entre os países-membros do Mercosul tornam ainda mais custosos os efeitos dessa integração desarticuladora, que coloca nas mãos dos investidores estrangeiros um relevante poder de influência nas políticas fiscais e trabalhistas dos Estados. A crise gerada pelo Brasil através de sua decisão unilateral de desvalorizar sua moeda em 1999 marcou o ponto alto dessa dinâmica regional inscrita em um barril de pólvora, em contagem regressiva para uma eclosão competitiva que deixou o bloco em uma situação paralisante, composta por avanços modestos desde então, tendo em vista que os números do comércio intra-regional não voltaram ao patamar da sua primeira década (Botto, 2021).

Sem contar que o projeto hegemônico neoliberal, enquanto conceito de controle articulador dos ditames para a reprodução deste padrão de acumulação, reverbera na estruturação da própria institucionalidade do Mercosul. As políticas neoliberais adotadas na primeira metade da década de 1990 por Brasil e Argentina acenavam fortemente para a desregulamentação financeira que residia no núcleo do Consenso de Washington - e, portanto, no núcleo do conceito de controle do padrão de acumulação - e para a constituição do bloco ao redor dessas novas diretrizes de integração competitiva (Berringer, 2017). Eis a função disciplinadora do neoliberalismo (van der Pijl, 1998) em suas faces doméstica e regional. Em outros termos, nesse sentido, tomar a UE como exemplo a ser seguido parece mais que outra coisa um convite a aplicar também nessa região periférica o Novo Constitucionalismo teorizado por Gill (2001) a respeito da União Europeia. O foco não seria então a replicação daqueles elementos considerados exitosos na análise mainstream, quais o Fundo de Coesão ou o Parlamento, na realidade extremamente problemáticos, que parecem servir mais que para outra coisa como instrumentos disciplinadores e cristalizadores do padrão de acumulação. De fato, eles não teriam capacidade e nem finalidade para enfrentar o chamado déficit democrático, pois esse problema não tem solução dentro da estrutura comunitária, sendo ela que “fomenta a não observância democrática” (Osório, 2018).

De fato, o imperativo de valorização do capital financeiro enquanto mote regulador da disseminação do padrão dominante constitui a base para a consecução dos interesses da “forma mais abstrata e móvel de capital [...], com seus interesses em explorar mercados cada vez mais amplos e superar barreiras impostas pelos Estados e outros obstáculos que inibem essa expansão” (Jessop, 2019, p. 271). Nesse sentido, o Mercosul atuou como um “regime de governança transnacional que promove as condições para acumulação em escala global” (Jessop, 2019, p. 270).

Ainda que a ambição germinada a partir do exemplo da União Europeia tenha guiado a concepção do Mercosul, os países-membros preferiram adotar uma perspectiva intergovernamentalista em vez da supranacionalidade avançada no velho continente. Essas movimentações de retenção de alguma discricionariedade estatal aparentemente revelariam uma tensão entre a classe política pressionada por atores econômicos locais e os interesses transnacionais no avanço da liberalização, pois exceções em setores específicos surgiam como tentativas de proteção de classes capitalistas mais nacionalizadas frente à competitividade com o capital estrangeiro. Essa escolha pode parecer uma defesa efetiva contra os interesses da classe capitalista transnacional [*transnational capitalist capitalist*, TCC], na medida em que limita as manobras possíveis da organização em face da soberania dos Estados, mas essa concessão acaba sendo pouco prejudicial para a TCC quando se faz um retorno às reflexões de Mariátegui sobre as burguesias latino-americanas e sua histórica ligação com os países centrais. A ausência de uma classe capitalista nacional independente do imperialismo, competitiva e forte o suficiente para ser protegida pelos governos nacionais, torna essas concessões pouco

custosas para a TCC. Ao fim e ao cabo, a TCC faz uso de blocos econômicos regionais como o Mercosul para ampliar sua escala de produção, escoar seus produtos e abrir novos mercados para seus oligopólios multinacionais (Robinson, 2008) – em suma, aumentando o seu poder sobre o mercado regional e frente os próprios Estados dependentes.

Considerações Finais

O caráter contraditório do modelo neodesenvolvimentista que se propagou (ainda que sua expressão paradigmática seja o Brasil a partir de 2003) no curso da Onda Rosa indica o caminho para a compreensão da centralidade do regime de acumulação na análise do Mercosul. Em síntese, o neodesenvolvimentismo enfatiza a “participação do Estado na economia [...], [as] políticas protecionistas [...], [o] aumento da intervenção estatal [...] e [a] expansão do mercado interno e das políticas sociais” (Berringer, 2015, p. 149-150). Ainda que esse modelo ostentasse uma superfície contestadora ao neoliberalismo, sua expressão concreta não deixou de reencenar os caminhos de seu suposto modelo rival. No caso brasileiro, o “disciplinamento do Estado como instrumento de transferência de riqueza nacional para os circuitos financeiros internacionais” (dos Santos, 2019, p. 58) seguiu em marcha. A estratégia neodesenvolvimentista brasileira não foi ausente de contradições, com “as diferentes classes [...] que compõem a frente [...] [discordando] em relação aos direitos trabalhistas, ao aumento da distribuição dos recursos [...] e, sobretudo, em relação às reformas estruturais” (Berringer, 2015, p. 161). As tensões entre os diferentes setores da sociedade brasileira parecem confirmar que um eixo de investigação focado no que é comum ao Mercosul do regionalismo aberto e do regionalismo pós-hegemônico indica a possibilidade de uma compreensão mais robusta das dinâmicas da globalização em contextos políticos distintos – eis o potencial frutífero do esquema conceitual proposto em sua órbita ao padrão de acumulação vigente. É a partir dessa percepção de uma quantidade relevante de aspectos remanescentes no contraste entre neodesenvolvimentismo e neoliberalismo que o emprego do conceito de TCC – mediado pelo conceito abrangente de controle e pela historicidade da condição colonial latino-americana - ganha força explicativa.

O neodesenvolvimentismo seguiu mantendo uma presença de políticas neoliberais, não rompendo completamente com o paradigma anterior – algo que também se manifestou na própria condução do Mercosul nos anos 2000 (Botto, 2021). Na medida em que o neodesenvolvimentismo propunha uma inserção nas cadeias globais de commodities a partir de uma industrialização seletiva, o eixo de conexão entre esse novo paradigma e a TCC já estava dado. Em suma, organizações como o Mercosul, mesmo em contextos de desfavorecimento da ideologia neoliberal, cumprem uma determinada função nesse amaranhado de instituições transnacionais, a saber, a de integrar os países nos circuitos globais de acumulação facilitando a penetração do capital transnacional nesses territórios (Robinson, 2008). Em afinidade com outros blocos regionais, contribuiu para as necessidades de reprodução interna e internacional do capital ao mesmo tempo que permite melhores condições para a concorrência entre Estados e a valorização do capital, pois a criação de instituições - em sentido amplo - comuns reduz os obstáculos que atrapalham essas dinâmicas (Mascaro, 2013). Pelas características específicas da região latino-americana, brevemente traçadas nesse trabalho, repete-se, assim, um ciclo de dependência e subordinação que espelha tantos outros ciclos que se espalham em outras dimensões das relações entre países centrais e periféricos.

Assim, mesmo em um cenário onde a globalização neoliberal pareceu perder força como durante a onda rosa do início do século XXI, a sua faceta pôde assumir uma nova face (ou melhor, disfarce) de modo a acomodar as demandas diversas de setores menos afluentes das sociedades latino-americanas unidas sob o rechaço ao neoliberalismo, fazendo o que Wallerstein (1996) chamava de adestramento dos movimentos antissistêmicos, uma clássica estratégia de administração de crises no capitalismo. Essa face humanizada foi concebida sob um contexto de aprofundamento da dependência dos países latino-americanos às dinâmicas e flutuações do mercado global, servindo assim o duplo propósito de apaziguar os ânimos revolucionários da região e de limitar as perspectivas de autonomia atreladas ao projeto neodesenvolvimentista, o que viria a ser fatal para a sobrevivência do assim chamado regionalismo pós-hegemônico com a queda dos preços das *commodities* na primeira metade da década de 2010.

Um "regionalismo revolucionário", capaz de promover "mudança" às custas da "estabilidade neoliberal" (Gürcan, 2010), entraria em conflito com o *status quo* regional e internacional. Enquanto este último é - genericamente falando - defendido pelas elites políticas e econômicas dentro de cada país, em um período histórico de extrema fragilidade dos movimentos trabalhistas organizados, não há uma clara força social que atue para a efetiva transformação do *status quo*, tanto a nível nacional ou regional.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Regionalism beyond EU-centrism. *In*: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (eds.). **The Oxford handbook of comparative regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 109-130.

ALMEIDA, Ana Carolina Valença Pires dos Reis de; BRITO, Anderson Geová Maia de; VELASCO, Paulo Afonso. A relação bilateral entre Brasil e Argentina e sua influência na agenda integradora do Mercado Comum do Sul (Mercosul). **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, Tabatinga/AM, v. 8, n. 1, p. 44-58, 2024.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Mercosul, do otimismo à resignação. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 16, p. 43-56, 2014.

BAPTISTA, João Victor da Motta; SIMAN, Tainá Estanislau. Dimensão humana e social do Mercosul: da institucionalização ao esvaziamento. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília/SP, v. 10, n. 1, p. 253-276, 2021.

BENZI, Daniele; NAREA, Marco. El regionalismo latinoamericano, más allá de los pos. El fin de ciclo y los fantasmas globales. **Nueva Sociedad**, v. 275, p. 106-120, 2018.

BERRINGER, Tatiana. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.

BERRINGER, Tatiana. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, 2017.

BERRINGER, Tatiana; FERREIRA, Mariana Davi. Power Blocs and Regional Organizations in Latin America: A Poulantzian Perspective. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 65, p. 1-16, 2022.

BIANCULLI, Andrea C. Regionalism and regional organisations: exploring the dynamics of institutional formation and change in Latin America. **Journal of International Relations and Development**, v. 25, n. 2, p. 556-581, 2022.

BISHOP, Matthew Louis; PAYNE, Anthony. The political economies of different globalizations: Theorizing reglobalization. **Globalizations**. v. 18, n.1, p. 1-21, 2021.

BOTTO, Mercedes. The challenges of economic integration in Latin America: searching for consensus in contexts of globalization. The case of MERCOSUR (1991–2019). **Globalizations**, vol. 19, n. 4, p. 1-16, 2021.

BOYER, Robert; SAILLARD, Yves (eds.). **Regulation Theory: The state of the art**. London: Routledge, 2001.

BRICEÑO-RUIZ, José. **Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo**. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia, 2018.

CAICHIOLO, Carlos Ricardo. The Mercosur experience and theories of regional integration. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, p. 117-134, 2017.

CARROLL, William K. Reflections on the Amsterdam School and the transnational capitalist class. In: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (eds.). **Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered**. London: Routledge, 2019. p. 197-201.

CARROLL, William K. Rethinking the transnational capitalist class. **Alternate Routes: A Journal of Critical Social Research**, v. 29, p. 188-206, 2018.

CERNY, Philip G.; PRICHARD, Alex. The new anarchy: Globalisation and fragmentation in world politics. **Journal of international political theory**, v. 13, n. 3, p. 378-394, 2017.

CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v.3, n.1, 185-212, 1998.

DOCTOR, Mahrukh. Prospects for deepening Mercosur integration: Economic asymmetry and institutional deficits. **Review of International Political Economy**, v. 20, n. 3, p. 515-540, 2013.

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

DRI, Clarissa. Reinforcing or ignoring the supranational level during crises?: Brazilian parties' views on regionalism. In: SAURUGGER, Sabine; TERPAN, Fabien (eds.). **Crisis and institutional change in regional integration**. Londres: Routledge, 2016.

FENNEMA, Meindert; VAN DER PIJL, Kees. International bank capital and the new liberalism. In: MIZRUCHI, Mark S.; SCHWARTZ, Michael (eds.). **Intercorporate Relations: The Structural Analysis of Business**. New York: Cambridge University Press, 1987.

FLORÊNCIO, Sergio Abreu e Lima. Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas e de posições da política externa brasileira: começo virtuoso e crise recente – possíveis interpretações. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, p. 1-50, ago. 2015.

GARCÍA LORENZO, Tania. El ALBA visto desde el Caribe. Entre la realidad y los sueños. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (orgs.). **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos**. Buenos Aires: Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales. 2012.

GILL, Stephen. Constitutionalising capital: EMU and disciplinary neo-liberalism. In: BILER, Andreas; MORTON, Adam David. **Social forces in the making of the New Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2001. p. 47-69.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from the prison notebooks**. New York: International Publishers, 1971.

GRANATO, Leonardo. Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil. **Izquierdas**, Santiago, v. 49, p. 797-809, 2020.

GÜRCAN, Efe Can. New regionalisms and radical identity formation in Latin America: Towards an ‘alter-global’ paradigm. **Journal of Social Research & Policy**, v. 1, n. 2, p. 19-33, 2010.

HARRIS, Jerry. US imperialism after Iraq. **Race & Class**, v. 50, n. 1, p. 37-58, 2008.

HARVEY, David. The New Imperialism: accumulation by dispossession. In: HARVEY, David. **The ways of the world**. London: Profile Books, 2016.

HORN, Laura; WIGGER, Angela. Out of Amsterdam!: Beyond the boundaries of (transnational) capitalist class formation. In: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (eds.). **Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered**. London: Routledge, 2019. p. 212-216.

IGLECIAS, Wagner Tadeu; VUONO, Gabriel Dib Daud de. Integração latino-americana em disputa?: Mercosul, três décadas entre regionalismos. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp. 3, p. e023031-e023031, 2023.

JAKOBSEN, Kjeld. **Comércio internacional e desenvolvimento: do GATT à OMC: discurso e prática**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

JESSOP, Bob; SUM, Ngai-Ling. **Beyond the regulation approach**: putting capitalist economies in their place. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2006.

JESSOP, Bob. Putting the Amsterdam School in its Place. *In*: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (eds.). **Transnational Capital and Class Fractions**: The Amsterdam School Perspective Reconsidered. London: Routledge, 2019. p. 263-292.

KALTENTHALER, Karl; MORA, Frank O. Explaining Latin American economic integration: the case of Mercosur. **Review of International Political Economy**, v. 9, n. 1, p. 72-97, 2002.

KAN, JULIAN. Tres décadas de Mercosur. Etapas históricas, modelos de integración, gobiernos y actores sociales. *In*: HELLMUND, P. F.; ARNAUD, A.; ABREU, B.; COLMENAREZ, H. E. (eds.). **El Mercosur como proceso multidimensional**: relaciones internacionales, economía, cuestión agraria y educación. Campina Grande: Editora Amplla, 2023.

KATZ, Claudio. **El rediseño de América Latina**: ALCA, MERCOSUR y ALBA. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2006.

MALAMUD, Andrés. The internal agenda of Mercosur: interdependence, leadership and institutionalization. *In*: JARAMILLO, Grace (ed.). **Los nuevos enfoques de la integración**: más allá del regionalismo. Quito: FLACSO, p. 115-135, 2008.

MARIANO, Karina L. Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart. Três décadas de Mercosul: institucionalidade, capacidade estatal e baixa intensidade da integração. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 147-179, 2021.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideología y política**. Lima: Ed. Amauta, 1974.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. **La teoría social latinoamericana**, v. 4, p. 49-68, 1996.

MARTÍNEZ, Osvaldo. ALBA y ALCA: el dilema de la integración o la anexión. *In*: PÉREZ GARCÍA, José Angel, & C. TABLADA, Carlos (eds.). **América Latina**: de la integración del capital a la integración de los pueblos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. Caos e nova temporalidade do sistema-mundo contemporâneo. **Cadernos Metrópole**, v. 26, p. 355-376, 2024.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital - Livro 3: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MEDEIROS, Marcelo de A. Prerrogativas estatais, integração regional e lógica distributiva. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, p. 141-168, 2003.
- MENDES PEREIRA, João Márcio. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MIGNOLO, Walter D. Coloniality and globalization: a decolonial take. **Globalizations**, p. 1-18, 2020.
- MILWARD, Alan. **The European rescue of the nation state**. London: Routledge, 1999.
- MÜLLER, Jonatan Pozzobon. Integração regional e coesão social no Mercosul: uma análise à luz da teoria da dependência. **Plural**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 11-44, 2011.
- MUÑOZ, Luciano da Rosa. O conceito de autonomia em Puig e Jaguaribe: uma análise comparativa intertextual. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 200-221, 2016.
- MURRAY, Warwick E.; OVERTON, John. Retroliberalism and the new aid regime of the 2010s. **Progress in Development Studies**, v. 16, n. 3, p. 244-260, 2016.
- OLLMAN, Bertell. **Dance of the dialectic: Steps in Marx's method**. Illinois: University of Illinois Press, 2003.
- OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 25-51, 2017.
- OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. Capitalismo e Processos de Integração Regional. **Revista de Estudos Jurídicos da UNESP**, Franca/SP, v. 21, p. 1, 2018.
- PATRÓN, Angela Analía Garofali. Integración latinoamericana: una interpretación desde la Teoría marxista de la dependencia. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 88-111, 2015.
- PÉREZ GARCÍA, José Ángel. ALBA: entre los impactos de la crisis y la justicia de las metas. In: BORBÓN, J. Altmann. **América Latina y el Caribe: ALBA: ¿Una nueva forma de integración regional?**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2011.
- PINTO, Eduardo Costa; FIANI, Ronaldo; CORRÊA, Ludmila Macedo. Dimensões da abordagem da Cadeia Global de Valor: upgrading, governança, políticas

governamentais e propriedade intelectual. *In*: OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; CARNEIRO, Flavio Lyrio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (orgs.). **Cadeias Globais de Valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2017. Cap. 2, p. 49-86.

POULANTZAS, Nicos. **Political power and social classes**. London: Verso, 1978.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**, Marília/SP, v. 12, n. 37, p. 1-25, 2002.

ROBINSON, William I. Global Inequalities, Digital Capitalism, and Marx's General Law of Capitalist Accumulation. *In*: FUSARO, Lorenzo; SANDOVAL, Leinad Johan Alcalá (eds.). **The General Law of Capitalist Accumulation in Latin America and Beyond: Actuality and Pertinence**. Maryland: Lexington Books, 2022. p. 189-210.

ROBINSON, William I. **Into the tempest: Essays on the new global capitalism**. Chicago: Haymarket Books, 2018.

ROBINSON, William I. **Latin America and global capitalism: A critical globalization perspective**. Maryland: JHU Press, 2008.

ROBINSON, William I. **The Global Police State**. London: Pluto Press, 2020.

ROBINSON, William I. The transnational state and the BRICS: a global capitalism perspective. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 1-21, 2015.

ROBINSON, William I.; HARRIS, Jerry. Towards a global ruling class? Globalization and the transnational capitalist class. **Science & society**, p. 11-54, 2000.

RUBBO, Deni Alvaro. Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui. **Estudos Avançados**, v. 32, p. 391-409, 2018.

SANDHOLTZ, Wayne. **European integration and supranational governance**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SANDOVAL, Leinad Johan Alcalá. The General Law of Capitalist Accumulation: A Comprehensive Reading from the Perspective of the Systematic Structure of Capital. *In*: FUSARO, Lorenzo; SANDOVAL, Leinad Johan Alcalá (eds.). **The General Law of Capitalist Accumulation in Latin America and Beyond: Actuality and Pertinence**. Maryland: Lexington Books, 2022. p. 17-40.

SIMAN, Tainá Estanislau. **Governança Multinível no Mercosul: uma análise a partir do processo observado na União Europeia**. Orientadora: Ana Paula Tostes. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TRASPADINI, Roberta, **A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

- VAN APELDOORN, Bastiaan. The European capitalist class and the crisis of its hegemonic project. **Socialist register**, v. 50, n. 50, p. 189-206, 2013.
- VAN APELDOORN, Bastiaan. Theorizing the transnational: a historical materialist approach. **Journal of international relations and development**, v. 7, p. 142-176, 2004.
- VAN DER PIJL, Kees. A transnational class analysis of the current crisis. *In*: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (eds.). **Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered**. London: Routledge, 2019. p. 241-262.
- VAN DER PIJL, Kees. **Global rivalries: from the Cold War to Iraq**. London: Pluto Press, 2006.
- VAN DER PIJL, Kees. **Transnational classes and international relations**. London: Routledge, 1998.
- VAN DER PIJL, Kees. Western hegemony and transnational capital: a dialectical perspective. *In*: ANIEVAS, Alexander (ed). **Marxism and world politics: Contesting global capitalism**. London: Routledge, 2010.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of the Modern World-System. *In*: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (orgs.). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 87-107.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.
- WOOD, Ellen Meiksins. Global capital, national states. *In*: RUPERT, Mark; SMITH, Hazel (eds.). **Historical materialism and globalisation: Essays on continuity and change**. London: Routledge, 2002.
- WOOD, Ellen Meiksins. **The origin of capitalism: A longer view**. London: Verso, 2002.